

## **“Bandido bom é bandido morto! (?)”**

Montgomery Wellington Muniz<sup>1</sup>

### **RESUMO:**

Este artigo questiona conceitos básicos presentes na frase acima. A frase é recorrente em diversos círculos sociais, expressando uma idéia que faz parte do senso comum do brasileiro e que tem origem na mídia. São apresentados, de forma geral, alguns conceitos da criminologia, a fim de dar ao leitor uma noção do papel da mídia na formação do senso comum e a dificuldade de se estabelecer quem é o “bandido” na idéia acima.

Palavras chave : bandido, senso comum, papel da mídia, criminologia

---

<sup>1</sup> Montgomery Wellington Muniz é analista judiciário do Superior Tribunal de Justiça, graduado em Direito e pós-graduado em Direito Público. Email: montybr@gmail.com

## **Introdução**

Esta frase está na boca do povo. No trabalho, na escola, em reuniões sociais, em qualquer lugar podemos nos deparar com alguém repetindo esta frase. Ela é tão recorrente que já foi mote de campanha política em vários pontos do Brasil. O senso comum diz que aos bandidos só resta uma pena: a morte.

O leigo acredita que a morte tudo resolve. Tira-se mais um bandido de circulação e temos menos um a cometer crimes, nas estatísticas. Normalmente quem pensa assim desconhece as influências que vem recebendo. Até a formação do conceito de “bandido” é bastante questionável, pois normalmente foi a partir das notícias no dia a dia dos jornais que ele surgiu. A mídia tem grande parcela de responsabilidade neste senso comum, nos bombardeando com notícias de crimes bárbaros, normalmente cometidos contra mulheres e crianças, sempre com requintes de crueldade. O crime comum já não tem destaque, não tem capacidade de chocar ninguém, pois já estamos amortecidos com tanta barbárie.

Este conceito pode até ser aceitável numa mesa de bar, entre leigos, mas quando tentamos aprofundar mais um pouco e abstrair uma regra para aplicação desta pena, formalizando a sanção penal, mesmo entre os leigos que expressam esta opinião encontramos dificuldade para definir quem seria este bandido. No caso recentemente repercutido, todos têm certeza, a pena de morte seria bem aplicada. Mas qual seria a regra? Em que casos poderíamos aplicar tal pena? A que “bandidos”?

Este artigo visa apresentar alguns elementos de reflexão, com conceitos básicos de criminologia, para que as pessoas que adotam este senso comum, achando que é fácil eliminar os “bandidos” e que isto resolveria todos os problemas com a criminalidade percebam a dificuldade do tema.

## **Quem é este “bandido” ?**

Bandido bom é bandido morto! Afinal, quem é este “bandido” de que se fala? Quando esta frase é dita parece que todos sabem do que se está falando. Quem é o “bandido”, é coisa que não se discute. Não precisa. Todos sabem. Deu ontem na TV.

E afinal quem é? É o estuprador, é o traficante, é o pai que atira a filha pela janela do sexto andar. É o político corrupto, é o assassino de velhinhas, ou de criancinhas, é o piloto embriagado que causou um acidente e matou seis no ponto de ônibus, é o estelionatário, que afirma em vídeo circulando na internet, que não nasceu pra trabalhar, que vive há vários anos à custa dos “otários” que caem em seus golpes. São autores de crimes que causam repulsa ante o pensamento de que se fosse conosco, e poderia ter sido, causaria um sofrimento enorme. Atingiram pessoas inocentes, que estavam se comportando conforme a sociedade esperava delas, ou que eram jovens e inocentes para saber como se comportar.

Quando se fala em “matar bandidos”, o senso comum parece entender o que é “bandido”: é o autor daquele crime que saiu recentemente no jornal (impresso ou televisionado). Que nos causou repulsa, indignação, que poderia ter acontecido conosco, ou com algum de nossos familiares.

O que podemos abstrair destas observações é que os crimes citados são crimes de categorias diversas, cometidos contra bens jurídicos diferentes, mas todos de grande clamor público, que causam grande revolta em quem tem conhecimento deles.

O que têm em comum? Todos estiveram na mídia recentemente. Este é o elemento comum a estes crimes. São crimes de grande apelo, escolhidos para serem reproduzidos na mídia apenas por este critério: têm apelo.

Esta observação nos leva à conclusão inevitável de que, propositalmente ou não, a mídia conceitua o que é bandido para o senso comum. Este termo tão importante no contexto da frase que estamos analisando tem seu conceito formado a partir de casos repercutidos pela mídia.

### **A mídia conceitua o que é “bandido”**

Teria a mídia esse papel? Quais os critérios da mídia para escolher que casos repercutir? Sabe-se que em suas reuniões para preparar a pauta do dia, editores de grandes jornais dão preferência a casos que sejam chocantes e de fácil entendimento para que nosso telespectador despreparado entenda facilmente e não mude de canal durante a explicação da notícia. Além disso, as notícias referentes a crimes têm que ter apelo, não podem ser casos banais. Normalmente são casos espetaculares, que ainda têm poder de causar alguma perplexidade, seja pela crueldade extrema, ou por alguma característica peculiar do “*modus operandi*” do autor, ou por alguma declaração

acintosa deste, ou ainda por alguma característica da vítima que impossibilite a sua defesa, como a tenra idade, ou a idade avançada, ou ainda alguma característica que nos identifique mais facilmente com ela, como estar a caminho do trabalho, estar saindo do culto, estar em passeio familiar.

Os casos banais não são notícia. O viciado pego com um grama de cocaína não é novidade pra ninguém. A não ser que seja alguma celebridade, não tem apelo.

Os casos que encham nossos presídios, que são maioria entre a população carcerária, os casos de pequenos traficantes, grandes usuários, ladrõezinhos baratos, roubos de 10 reais em padarias, não são os mesmos escolhidos para serem apresentados no jornal das oito<sup>2</sup>.

Quando as notícias apresentam índices estatísticos de aumento de criminalidade, falam sempre de dados nebulosos sem esta referência, sem explicar que estão tratando de matéria de impossível mensuração, pois a parcela de crimes não computada é infinitamente superior à computada, não se podendo afirmar que em determinado período de tempo tenham acontecido mais crimes do que em outro.<sup>3</sup>

Quem recebe a mensagem dos meios de comunicação normalmente não se pergunta por que escolheram mostrar determinada notícia e não outra, ou por que este crime e não outro. Qual foi o critério utilizado para bombardear-nos com notícias sobre o crime no Rio de Janeiro, e não em São Paulo, ou em Brasília. Ninguém expressando o senso comum considera que aquelas notícias passaram por uma seleção da empresa jornalística e que aquelas que estamos assistindo, ou lendo, foram escolhidas para nós dentre muitas outras.

O Professor Laurindo Lalo Leal Filho, em texto em que relata visita que fez com outros jornalistas à Rede Globo de Televisão para verificar como se faz a pauta do

---

<sup>2</sup>“ A comunicação social divulga uma imagem particular da conseqüência mais notória da criminalização – a prisão – ensejando a suposição coletiva de que as prisões seriam povoadas por autores de fatos graves(“delitos naturais”) tais como homicídios, estupros, etc., quando na verdade, a grande maioria dos prisioneiros são por delitos grosseiros cometidos com fins lucrativos( delitos contra a propriedade e o pequeno tráfico de tóxicos, ou seja, a obra tosca da criminalidade)” ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Direito penal brasileiro I. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p 47.

<sup>3</sup> KARAM, Maria Lúcia. Utopia transformadora e abolição do sistema penal. In. PASSETI, Edson; SILVA, Roberto Batista Dias da (Org.). Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva. São Paulo: IBCCrim, 1997, p.69.

Jornal Nacional, ainda hoje o telejornal mais assistido no Brasil<sup>4</sup>, relata que o editor-chefe do jornal apresenta uma pesquisa encomendada pela Rede Globo para identificar o perfil do telespectador médio do telejornal. Nesta pesquisa, constatou-se que ele tem muita dificuldade para entender notícias complexas e pouca familiaridade com siglas como BNDES, por exemplo. Na redação, foi apelidado de Homer Simpson, que é o obtuso pai de família dos Simpsons, uma série americana do gênero comédia de costumes, em desenho animado, de grande sucesso. O personagem em questão é retratado na série como preguiçoso, de raciocínio lento e individualista. Daí pra frente, na visita relatada, o telespectador só é referido como o Homer. O editor chefe avalia as notícias dizendo : “Essa o Homer não vai entender !”. Essa frase descarta a notícia, sem qualquer análise da relevância da questão ou da contribuição que ela pode dar para a sociedade.

Assim, as notícias escolhidas pelo seu apelo, e simplificadas para que o “Homer” entenda, são as notícias que contribuem para formar o senso comum, para criar conceitos e opiniões.

O pessoal de mídia afirma que o seu papel é apenas informar, não conceituar. O que é crime está definido pelo legislador, no Código Penal e em algumas leis especiais. A mídia apenas escolhe dentre os diversos casos do dia a dia aqueles que “deve” repercutir.

Os casos escolhidos causam revolta, indignação, manifestações de desagrado geral no meio social, que acabam por sensibilizar nossos legisladores. Estes são cobrados a tomarem uma “providência”, dar uma resposta para aplacar a sociedade e dão a única resposta que sabem dar: leis penais mais duras! Mais crimes, ou mais pena para os crimes já existentes<sup>5</sup>. A cobertura dos crimes feita pela mídia apresenta a curiosidade de aumentar, mesmo quando a taxa de criminalidade oficial baixa! Lotke cita o exemplo dos anos de 1991 a 1995, nos EUA, quando o número de homicídios baixou 20% e a cobertura pela mídia aumentou em 720% !<sup>6</sup>

---

4 Leal Filho, Laurindo Lalo. "De Bonner Para Homer", copyright Carta Capital, 5/12/05, obtido no site : <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=358ASP010> Acesso em 13/08/2008.

<sup>5</sup> PAVARINI, Massimo palestra proferida no Uniceub, Brasília, em 29/08/2007

<sup>6</sup> LOTKE, Erick. A dignidade humana e o sistema de justiça criminal nos EUA. Trad. Ana Sofia Schmidt de Oliveira. Revista Brasileira de Ciências Criminais, n. 24. São Paulo: RT, 1997, p.45.

**Círculo vicioso : mídia → exigências população → Estado inoperante → População reclama → legislador responde com leis penais mais duras → mídia ...**

Isso causa um círculo vicioso, onde é difícil apontar algum responsável pelo endurecimento das leis e abarrotamento dos presídios. A população exige uma atuação do Estado mais efetiva em resposta à criminalidade que é divulgada, este afirma que as leis protegem os delinquentes, o legislador então dá leis penais mais rígidas, a mídia repercute alguns casos escabrosos, a população se revolta e exige uma atuação do Estado, que afirma que as leis protegem os delinquentes, o legislador dá leis penais mais rígidas...

Um exemplo é o endurecimento da legislação sobre o porte de arma, que transformou-o de mera contravenção em delito incentivada pelas apreensões de armas de fogo em favelas nas grandes cidades brasileiras. Apesar do alarde dos meios de comunicação, a quantidade de armas apreendidas não era significativa à época.<sup>7</sup>

Como principais atingidos pelo resultado deste círculo, temos o direito penal e o sistema penal. Segundo Nilo Batista :

**Direito Penal** é o conjunto de normas jurídicas que prevêm os crimes e lhes cominam sanções, bem como disciplinam a incidência e validade de tais normas, a estrutura geral do crime, e a aplicação e execução das sanções cominadas.

**Sistema Penal** é o grupo de instituições que, segundo regras jurídicas pertinentes, se incumbe de realizar o direito penal (instituições policial, judiciária, e penitenciária).<sup>8</sup>

Quando confiamos no senso comum para emitir opiniões e expressar conceitos, estamos sujeitos a influências que merecem melhor análise. Justificamos as opiniões vagas dizendo que se está na lei é assim que deve ser. Se está no código penal é crime, diria o leigo sem maiores questionamentos e sabendo que se não pensar assim, está sujeito a praticar uma daquelas condutas e ser submetido ao sistema penal.

Para entender o direito penal e o sistema penal, suas origens, analisar seus resultados, escapando do senso comum para conseguir sugerir modificações nestas duas

---

<sup>7</sup> TAVARES, Juarez. A crescente legislação penal e os discursos de emergência. Revista Discursos Sediciosos, Ano 2, n. 4, p. 55

<sup>8</sup> BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. 8 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002

áreas do saber, nos valem da criminologia e da política criminal. Ainda segundo Nilo Batista:

**Criminologia** é a atividade intelectual que estuda os processos de criação das normas penais e das normas sociais que estão relacionadas com o comportamento desviante; os processos de infração e de desvio destas normas; e a reação social, formalizada ou não, que aquelas infrações ou desvios tenham provocado: o seu processo de criação, a sua forma e conteúdo e os seus efeitos.

**Política criminal**, é o conjunto de princípios e recomendações para a reforma ou transformação da legislação criminal e dos órgãos encarregados de sua aplicação, que surgem do incessante processo de mudança social, dos resultados que apresentem novas ou antigas propostas do direito penal, das revelações empíricas propiciadas pelo desempenho das instituições que integram o sistema penal, dos avanços e descobertas da criminologia.<sup>9</sup>

Utilizando-nos do ferramental fornecido por estas áreas de saber, já percebemos que o conceito de “bandido” pode mudar de acordo com uma série de fatores.

O legislador define quem é “bandido”. Já vimos que ele o faz para responder aos seus eleitores, que reclamam proteção do sistema penal sensibilizados pela mídia.

Algumas pessoas, em depoimentos a respeito de trabalhos em instituições correcionais<sup>10</sup>, ou em alguns ambientes em que o Estado não está tão presente, como em algumas favelas, observam que a lei dos criminosos é cumprida e respeitada e que esta lei quase sempre prevê a morte para alguns delitos. Quando lemos estes depoimentos, percebemos que os observadores que relatam estas situações se esquecem de comentar que alguns “desvios”, como participar do grupo rival, disputar o poder com o chefe local, delatar um componente do grupo em que está, mesmo que por crime grave, se indispor com o chefe, às vezes até, não baixar os olhos quando passa o chefe local, podem ser punidas com a morte, dependendo da avaliação dos julgadores locais. Algumas destas condutas não seriam crimes, nem sequer contravenções, fora daqueles locais. Ali, os critérios para julgar são totalmente subjetivos, às vezes variando a pena

---

<sup>9</sup> *id.*

<sup>10</sup> Varella, Drauzio. Carandiru. XXXXX

aplicada em função de quem comete o delito, conforme sua maior ou menor simpatia com o chefe local. Ou seja, não há uma regra estabelecida do que é crime e do que não é. A população local vive em permanente insegurança, sabendo que se o chefe acordar de mal humor, alguém pode ter que pagar por isso. A intensidade das sanções aplicadas a cada “delito” também fica a critério do julgador, que, muitas vezes leva em consideração fatores como : o tipo de desvio, a “cara” do desviante, a repercussão que a falta de sanção pode ter nas relações internas de poder, a antiguidade do desviante na quadrilha, e até o seu estado de ânimo na hora da decisão.

Normalmente quem elogia este regramento tão rígido, onde não há sensação de impunidade - já que o “desviante” sabe que a lei é dura e as decisões são executadas, normalmente no mesmo dia, pois não há “recurso” – não considera estes aspectos desta dura lei : os critérios totalmente subjetivos na escolha das condutas a punir e na escolha das penas a aplicar.

### **Criminalização primária e secundária**

O processo de seleção de comportamentos para estabelecer o que é crime ou não, é chamado de **seletividade primária**, ou **criminalização primária**. Ao definir o que é crime e o que não é, o legislador, e até a sociedade, escolhe vários comportamentos dentre os observados no meio social. Olhando para trás, observando como o legislador fez essa escolha na legislação ao longo da história, percebemos que estes comportamentos normalmente serão os praticados pelos estratos sociais de menor poder econômico. Só recentemente o legislador se ocupou dos crimes cometidos pelas elites.

Com o advento do direito econômico, que criou mecanismos jurídicos para proteção do sistema de produção, distribuição e circulação de bens, criou-se um ambiente propício ao surgimento de um Direito Penal Econômico, para reforçar a tutela do funcionamento do sistema. Daí o surgimento de uma criminalidade diferenciada e de novos atores do sistema penal, com os novos **crimes do colarinho branco**, aqueles cometidos por pessoas de elevada condição sócio-econômica.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> TORON, Alberto Zacharias. Crimes de colarinho branco:os novos perseguidos? Revista Brasileira de Ciências Criminais, n. 28. São Paulo: RT, 1999.



As normas criadas no processo de criminalização primária devem ser cumpridas por agentes diferentes daqueles que as criaram, os agentes de **criminalização secundária** : policiais, promotores, advogados, juízes, agentes penitenciários. Zaffaroni diz que a criminalização primária é um programa tão imenso que nunca e em nenhum país se pretendeu levá-lo a cabo em toda a sua extensão nem sequer em parcela considerável, porque é inimaginável.<sup>12</sup>

As pessoas com menos acesso positivo à comunicação social, normalmente os pobres, têm seus atos mais grosseiros divulgados por esta, levando a sociedade a acreditar que estes são os únicos delitos e aqueles os únicos delinquentes. Isto resulta por fixar uma imagem pública do delinquente com componentes de classe social, étnicos, etários, de gênero e estéticos. Este estereótipo acaba sendo o principal critério seletivo utilizado na atuação dos agentes de criminalização secundária para identificar os delinquentes e submetê-los ao enquadramento nas normas definidas pela criminalização primária.

Este estereótipo condiciona todo o funcionamento das agências do sistema penal, tornando-o inoperante para qualquer outra clientela, como por exemplo, os delitos do poder econômico, em que os agentes não se encaixam no estereótipo.

Como resultado desta combinação, da seletividade primária e secundária, temos uma certa uniformidade na população carcerária que é associada a desvalores estéticos (pessoas feias)<sup>13</sup>, consubstanciada em outra afirmação de uso corriqueiro a de que prisão é só para “*preto, puta e pobre*”.

Parece que outras pessoas não cometem delitos. Um desavisado, bombardeado incessantemente pelos meios de comunicação com este estereótipo, poderia dizer que é isso mesmo, que os pobres cometem mais crimes. Quando desaparece um celular no ambiente de trabalho rotula-se logo: foi alguém do serviço de faxina! Hoje em dia os celulares estão com preços bem acessíveis, existindo até algumas operadoras que dão de graça os aparelhos. Apesar do seu baixo custo, o furto simples é crime, na lei e na cabeça das pessoas. No entanto, quando algum colega de trabalho vai ao exterior e volta, trazendo algumas bugigangas bem além da cota autorizada e não declara à alfândega, comete crime na lei, mas não na cabeça das pessoas. Dizemos que

---

12 ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Direito penal brasileiro I. Rio de Janeiro: Revan, 2003.p 43-44.

<sup>13</sup> *Id.* p. 46

ele foi “esperto”. Enganou o governo, obtendo uma vantagem que não causou mal a ninguém. Este é o raciocínio do autor dos chamados crimes do colarinho branco : não estão prejudicando ninguém. O sujeito passivo dos seus crimes é indeterminado, impessoal, não causa tanta repulsa.

### **Técnicas de neutralização**

O conjunto de leis e regras de comportamento ético que nos são apresentados na escola, nos templos, até no noticiário, estabelecem comportamentos socialmente aceitáveis, fazendo um controle social do que é permitido e do que não é. Para burlar este controle social, praticando condutas que seriam reprováveis, mas afastando o aspecto criminoso destes comportamentos, as pessoas se utilizam de técnicas de “**neutralização**” da classificação social negativa. Estas técnicas são utilizadas pelos próprios autores da conduta desviante, para justificar sua conduta para si mesmos.

As técnicas de neutralização não são racionalizações pós-fato, elas estão disponíveis para o transgressor em potencial antes que a transgressão realmente ocorra e, portanto, constituem parte da motivação para a ação original.<sup>14</sup>

Dados de pesquisa citados em COLEMAN 2005 indicam que as pessoas são mais tolerantes com os furtos contra grandes empresas e o governo do que contra empresas menores e mais vulneráveis, que teriam mais dificuldade em absorver o prejuízo.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> COLEMAN, James William. *A elite do crime: para entender o crime do colarinho branco*. p. 324

<sup>15</sup> *Id.* p. 328

## Conclusão

### “BANDIDO BOM É BANDIDO MORTO ?”

Se admitirmos a aplicação desta regra como quer o senso comum, teríamos que admitir que a mídia julga e condena, pois o senso comum é formado pela repercussão dos casos que esta faz . Os critérios, já vimos, dependem do que dá mais audiência, do que tem mais apelo. Será que este é um critério justo?

Por outro lado, se considerarmos que aqueles atualmente submetidos ao sistema criminal com penas de prisão são os “bandidos” , por todo o exposto na aplicação dos processos de criminalização primária e secundária, teríamos que admitir que os mais atingidos por ela seriam aquelas pessoas das camadas mais baixas da população, que têm mais condutas criminalizadas e são mais perseguidas pelos agentes aplicadores da lei penal.

Neste caso, estaríamos admitindo o extermínio de parcela significativa da população em qualquer lugar do mundo. Segundo relatório sobre o sistema penitenciário dos EUA, no início de 2008, existiam cerca de 2.319.258 presos no país, somadas as prisões federais com as locais. Com a população de adultos de cerca de 230 milhões de pessoas, a taxa de prisões é de cerca de 1 em cada 100 adultos. Se analisarmos os dados separados por sexo, raça, e faixa etária, observamos que entre os jovens negros, entre 20 e 34 anos, a taxa é de 1 em cada 9.<sup>16</sup>

Seria a materialização do último estágio do capitalismo previsto por Viviane Forrester em sua obra *O Horror Econômico* : a eliminação daqueles que não produzem e que são considerados um peso para os que produzem.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Relatório disponível no site :

[http://www.pewtrusts.org/uploadedfiles/wwwpewtrustsorg/reports/sentencing\\_and\\_corrections/one\\_in\\_100.pdf](http://www.pewtrusts.org/uploadedfiles/wwwpewtrustsorg/reports/sentencing_and_corrections/one_in_100.pdf) consulta em 13/08/2008

<sup>17</sup> FORRESTER, Viviane. O horror econômico. São Paulo: Ed da Unesp. 1997

## BIBLIOGRAFIA

- BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. 8 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002
- COLEMAN, James William. *A elite do crime: para entender o crime do colarinho branco*. Barueri, São Paulo, 2005
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Ed da Unesp, 1997.
- GUIMARÃES, Claudio Alberto Gabriel. *Funções da pena privativa de liberdade no sistema penal capitalista*. Ed. revan, Rio de Janeiro, RJ, 2007
- KARAM, Maria Lúcia. *Utopia transformadora e abolição do sistema penal*. In. PASSETI, Edson; SILVA, Roberto Batista Dias da (Org.). *Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva*. São Paulo: IBCCrim, 1997.
- LOTKE, Erick. *A dignidade humana e o sistema de justiça criminal nos EUA*. Trad. Ana Sofia Schmidt de Oliveira. Revista Brasileira de Ciências Criminais, n. 24. São Paulo: RT, 1997.
- MITTERMAIER, Karl Josef Anton. *A pena de morte: os trabalhos da ciência, os progressos da legislação e os resultados da experiência*. Tradução, introdução e notas comentadas por Amilcare Carletti. Livraria e editora universitária de direito, São Paulo, SP, 2004
- Observatório da Imprensa. Disponível em  
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=358ASP010> Acesso em 13/08/2008.
- PEW One in 100 disponível em:  
[http://www.pewtrusts.org/uploadedfiles/wwwpewtrustsorg/reports/sentencing\\_and\\_corrections/one\\_in\\_100.pdf](http://www.pewtrusts.org/uploadedfiles/wwwpewtrustsorg/reports/sentencing_and_corrections/one_in_100.pdf) Acesso em 13/08/2008
- TAVARES, Juarez. *A crescente legislação penal e os discursos de emergência*. Revista Discursos Sediciosos, Ano 2, n. 4.
- TORON, Alberto Zacharias. *Crimes de colarinho branco: os novos perseguidos?* Revista Brasileira de Ciências Criminais, n. 28. São Paulo: RT, 1999.
- VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito penal brasileiro I*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.